

Relatório do Encontro Nacional dos Empregados das Empresas Públicas

1. Incluir na plenária estatutária a criação do Departamento de Empresas Públicas e a validação de representação pela FENADSEF. Tendo seus representantes exclusivamente composto por Empregados Públicos, proporcionalmente de acordo com os órgãos que compõem, sendo eleitos por suas bases mantendo a Comissão eleita em Plenária;
2. Que as negociações dos acordos coletivos de trabalho sejam compartilhadas entre o Departamento, a CONDSEF e os representantes da Comissão de Empregados de cada empresa pública;
3. Luta pela unificação das datas-base das Empresas Públicas;
4. Realização de plenária nacional permanente dos Empregados Públicos de todas as empresas públicas da base da CONDSEF, para discussão do plano de luta unificado;
5. A defesa dos Sindicatos Gerais e da CONDSEF/FENADSEF;
6. Extinção da contratação política via recrutamento amplo em todas as Empresas Públicas Federais e contra a Terceirização;
7. Campanha em defesa das Empresas Públicas, contra a privatização, demissões e sucateamento, junto com a Central Única dos Trabalhadores;
8. Realização por parte da CONDSEF, conjuntamente com os Sindicatos Gerais, de assembleias para apresentação da FENADSEF, referendando esta como órgão de representação dos trabalhadores das EP's;
9. Defesa do trabalhador das empresas públicas contra perseguições, e direito a contraditório e ampla defesa em processos administrativos disciplinares.

EBSERH

1. Realização de Cursos de Organização Política Sindical nas bases da Ebserh;
2. Reestruturação do Plano de Cargos Carreiras e Salários;
3. Instalação imediata da Mesa Nacional Permanente e Mesa Local de Negociação em todos os HU's;
4. Cumprimento da implantação da Normativa de Afastamento do Empregado;
5. Cumprimento da implantação de Titulação para todos os empregados conforme o ACT 2015/2016;
6. Mapeamento de novos hospitais que aderiram a Ebserh e articular a representação do sindicato geral que abrange as regiões onde estão localizados estes hospitais aos seus trabalhadores;
7. Reestruturação de todos os hospitais universitários do país, visando uma melhor assistência à população brasileira e melhores condições de trabalho;
8. Cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da EBSEH em toda sua íntegra;
9. Implantação do Plano de Cargos e Salários dos empregados da EBSEH, com correção das distorções;



10. Equiparação da tabela salarial dos empregados administrativos com a tabela da EMBRAPA;
11. Implantação dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade para todos os empregados da EBSERH;
12. Viabilização do direito do duplo vínculo, conforme a Constituição Federal.

CONAB

1. Denúncia e luta contra o desmonte e o sucateamento da CONAB;
2. Promover campanha de esclarecimento sobre o PDV;
3. Denúncia da atitude antissindical da Direção da CONAB, de diversos Estados, que negou a liberação de ponto aos delegados eleitos para participar do XII CONCONDSEF sob a falsa alegação de que os Sindicatos Gerais não representam os trabalhadores da CONAB;
4. Denúncia contra atitudes de perseguição e intimidação por parte de algumas administrações da CONAB para com os trabalhadores daquele órgão;
5. Plano de saúde extensivo aos aposentados da CONAB;
6. Que a Condsef/Fenadsef lute para retirar a CNTC das Negociações da Conab.

VALEC

1. Unificação dos Acordos Coletivos de Trabalho - ACT'S (VALEC 88, VALEC 2012, GEIPOT e RFFSA);
2. Equiparação salarial e de benefícios entre os cargos da VALEC;
3. Criação de um plano de saúde assistencial para todos os Empregados;
4. Cumprimento do plano de cargos e salários (progressões-promoções).

CEASA MINAS

1. Luta contra a privatização e contra a tomada da gestão da empresa por OCIP's e afins;
2. Assinatura dos ACT's pendentes e negociação/assinatura do ACT 2018/2019;
3. Preservação da integridade moral e psíquica dos trabalhadores, combatendo as perseguições e processos administrativos disciplinares infundados e abusivos;
4. Retomada de benefícios adquiridos pelo trabalhadores como ônibus, restaurante, bebedouros em todos os setores, acesso à internet e Wifi;
5. Cumprimento da cláusula do ACT que versa sobre o fornecimento de uniforme aos trabalhadores;
6. Retomada dos direitos adquiridos dos trabalhadores orientadores de mercado, como folga de fim de semana e carga horária;
7. Inclusão da RD 05/2018 que versa sobre liberações e folgas no ACT;
8. Inclusão da semana de folga de fim de ano no ACT;
9. Escolha do presidente da Comissão de PAD por meio de eleição, assim como é feita a escolha dos membros.